ReGeo ISSN: 2177-3246

IMPACTOS DA DESCONTINUIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA FAIXA DE FRONTEIRA: O CASO DA BR-156 E DA PONTE BINACIONAL EM OIAPOQUE/AP, BRASIL

IMPACTS OF DISCONTINUED PUBLIC POLICIES IN THE BORDER REGION: THE CASE OF BR-156 AND THE BINATIONAL BRIDGE IN OIAPOQUE/AP, BRAZIL

IMPACTOS DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS EN LA REGIÓN FRONTERIZA: EL CASO DE LA BR-156 Y EL PUENTE BINACIONAL EN OIAPOQUE/AP, BRASIL

https://doi.org/10.56238/revgeov17n8-024

Data de submissão: 02/07/2026 **Data de publicação:** 02/08/2026

Patrícia Ferreira Quaresma
Mestre em Desenvolvimento Regional
Instituição: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
E-mail: pfquaresma2021@gmail.com

José Francisco de Carvalho Ferreira
Doutor em Geografia e Planeamento Territorial
Instituição: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
E-mail: zfcofer@unifap.br

RESUMO

O artigo analisa os desafios enfrentados pela população do município de Oiapoque, no estado do Amapá, diante da descontinuidade de políticas públicas para o desenvolvimento regional, destacando a importância estratégica do Amapá na Amazônia, especialmente frente à possível exploração de petróleo. No centro da discussão, está a pavimentação da BR-156 e a construção da Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque, obras fundamentais para a integração regional e incentivo às relações econômicas com a Guiana Francesa. Apesar de ações recentes do Poder Público, a pesquisa questiona se o modelo de políticas adotado desconsidera as reais necessidades da região de fronteira, ressaltando a prioridade de estratégias mais eficazes e contínuas. Observa, ainda, ações recentes, como a visita do ministro da integração e do desenvolvimento regional e do Ministério Público do Amapá ao município, que evidenciam demandas urgentes em áreas como saúde, educação, saneamento e infraestrutura. Por fim, o estudo problematiza se os entraves ao desenvolvimento em Oiapoque estão relacionados ao modelo de políticas públicas adotado, o qual, frequentemente, ignora as especificidades e necessidades da fronteira amazônica, reforçando a importância de estratégias mais adequadas e contínuas para o desenvolvimento adequado para a população local. Conclui-se que a descontinuidade das políticas públicas em Oiapoque limita o desenvolvimento regional, ao refletir uma gestão desconectada das especificidades da fronteira amazônica. Do mesmo modo, a BR-156 e a Ponte Binacional evidenciam que obras estratégicas, sem continuidade institucional e articulação social, têm impacto restrito sobre as condições de vida da população local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Políticas Públicas. Faixa de Fronteira.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges faced by the population of the municipality of Oiapoque, in the state of Amapá, in light of the discontinuity of public policies for regional development, highlighting the strategic importance of Amapá in the Amazon, especially in view of the potential for oil

exploration. At the center of the discussion is the paving of the BR-156 highway and the construction of the Binational Bridge over the Oiapoque River, fundamental works for regional integration and the encouragement of economic relations with French Guiana. Despite recent actions by the Public Authorities, the text questions whether the adopted policy model disregards the real needs of the border region, emphasizing the priority of more effective and continuous strategies. Recent actions are also noted, such as the visit of the Minister of Integration and Regional Development and the Public Prosecutor's Office of Amapá to the municipality, which highlight urgent demands in areas such as health, education, sanitation, and infrastructure. Finally, the study questions whether the obstacles to development in Oiapoque are related to the adopted public policy model, which frequently ignores the specificities and needs of the Amazonian frontier, reinforcing the importance of more adequate and continuous strategies for proper development for the local population. It concludes that the discontinuity of public policies in Oiapoque limits regional development, reflecting a management disconnected from the specificities of the Amazonian frontier. Similarly, the BR-156 highway and the Binational Bridge demonstrate that strategic works, without institutional continuity and social articulation, have a limited impact on the living conditions of the local population.

Keywords: Local Development. Public Policies. Border Region.

RESUMEN
Este artículo analiza los desafíos que enfrenta la población del municipio de Oiapoque, en el estado de Amapá, ante la discontinuidad de las políticas públicas de desarrollo regional, resaltando la importancia estratégica de Amapá en la Amazonía, especialmente por su potencial para la exploración petrolera. El análisis se centra en la pavimentación de la carretera BR-156 y la construcción del Puente Binacional sobre el río Oiapoque, obras fundamentales para la integración regional y el fomento de las relaciones económicas con la Guayana Francesa. A pesar de las recientes acciones de las autoridades públicas, el texto cuestiona si el modelo de política adoptado ignora las necesidades reales de la región fronteriza, enfatizando la prioridad de estrategias más efectivas y continuas. También se mencionan acciones recientes, como la visita del Ministro de Integración y Desarrollo Regional y la Fiscalía de Amapá al municipio, que resaltan las necesidades urgentes en áreas como salud, educación, saneamiento e infraestructura. Finalmente, el estudio cuestiona si los obstáculos al desarrollo en Oiapoque están relacionados con el modelo de política pública adoptado, que frecuentemente ignora las particularidades y necesidades de la frontera amazónica, reforzando la importancia de estrategias más adecuadas y continuas para un desarrollo apropiado de la población local. Concluye que la discontinuidad de las políticas públicas en Oiapoque limita el desarrollo regional, reflejando una gestión desconectada de las particularidades de la frontera amazónica. De igual manera, la carretera BR-156 y el Puente Binacional demuestran que las obras estratégicas, sin continuidad institucional ni articulación social, tienen un impacto limitado en las condiciones de vida de la población local.

Palabras clave: Desarrollo Local. Políticas Públicas. Región Fronteriza.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia tem recebido atenção especial devido ao papel de destaque assumido pelo estado do Amapá, que passou a ser reconhecido, para além de sua condição histórica, como o estado mais preservado do Brasil. Recentemente, observou-se otimismo em relação à possibilidade de que a exploração de petróleo (hidrocarbonetos) proporcione soluções imediatas para a região, embora haja opiniões divergentes entre os amapaenses quanto à confiabilidade de essa possibilidade fomentar o desenvolvimento local.

A recorrente descontinuidade das políticas públicas no estado do Amapá, localizado na fronteira amazônica brasileira com a Guiana Francesa, frequentemente noticiada pela mídia local, contribui para o descrédito da população em relação à ação estatal.

Um exemplo de tais questões é o município de Oiapoque. Em setembro de 2025, os gestores públicos do município receberam a visita do ministro da integração e do desenvolvimento regional para tratar de demandas locais como a "conclusão do asfaltamento da BR-156 [...]. Além desse grande eixo rodoviário, há projetos urbanos emergentes no plano municipal e estadual" (Desenvolvimento [...], 2025). No mesmo mês, houve a visita do Ministério Público do Amapá. Por meio da Coordenação-Geral dos Centros de Apoio Operacional (CGCAO), o órgão realizou escutas sociais com a população local.

Essas escutas revelaram graves problemas decorrentes da precariedade das políticas públicas nas áreas de educação e saúde, vulnerabilidade de crianças e jovens, além da necessidade urgente de melhorias em saneamento básico, vias públicas e ramais rurais, fundamentais para o transporte da produção agrícola. Também foi destacada a necessidade de preparação do município para as mudanças e demandas advindas da futura exploração de petróleo (Santos, 2025).

Em um contexto histórico, destaca-se o caso da pavimentação da BR-156 entre Oiapoque e Laranjal do Jari, assim como a construção da Ponte Binacional sobre o Rio Oiapoque, com a finalidade de promover a integração do estado do Amapá de norte a sul, e incentivar o comércio com a Guiana Francesa. A princípio, o investimento total estimado é de "US$ 274,4 milhões para as rodovias e US$ 27,8 milhões para a ponte" (Cavalcante, 2001 *apud* Porto, 2003, p. 152).

Nesse contexto, discute-se se a descontinuidade das políticas públicas em Oiapoque decorre do modelo de desenvolvimento local implementado pela administração pública, o qual apresenta divergências em relação à realidade da fronteira amazônica. Tal cenário dificulta o acesso a serviços essenciais, eleva os custos relacionados ao transporte e prejudica a economia local, afetando diretamente as comunidades rurais e a população urbana que dependem da rodovia BR-156 e da Ponte Binacional. Permanecer no discurso de que o petróleo resolverá todos os problemas não é a melhor

opção, uma vez que o amapaense já conhece e vivencia experiências de investimentos de empreendimentos externos no Amapá, como a exploração de minerais, madeira e a implantação de quatro hidrelétricas.

Para agravar o quadro do Oiapoque, além do afastamento do prefeito, por abuso de poder econômico e político nas Eleições Municipais de 2024, e de novas eleições, realizadas no dia 12 de abril de 2026, o prefeito recém-eleito decretou "calamidade financeira e administrativa por 180 dias" (Ferreira, 2026), destacando as enormes dificuldades financeiras e administrativas do município e sua acentuada instabilidade.

Assim, em que medida o modelo de desenvolvimento adotado para a fronteira amazônica contribui para a descontinuidade das políticas públicas e para a limitação do desenvolvimento regional em Oiapoque? Para responder a esta pergunta, este artigo, após esta introdução, apresenta os materiais e métodos, em seguida, discute as políticas públicas para o desenvolvimento da Amazônia, as dinâmicas das ações do público e do privado na implementação de políticas públicas, a gestão governamental e os desafios para o desenvolvimento sustentável do Amapá, via Oiapoque. Por fim, apresenta as considerações finais e as referências que sustentaram a pesquisa.

2 MATERIAS E MÉTODO

Este artigo adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa documental e revisão bibliográfica (Gil, 2002), combinando fontes oficiais, reportagens jornalísticas e estudos acadêmicos para compreender o processo de implementação de políticas públicas e obras de infraestrutura do estado do Amapá, com ênfase na região de Oiapoque, extremo norte do Brasil.

A metodologia adotada incluiu a coleta de dados sobre os projetos de desenvolvimento regional, com ênfase nas trajetórias administrativas, avanços e entraves institucionais. Foram examinados decretos, registros históricos de gestões estaduais e federais, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e informações sobre acordos bilaterais Brasil-França, além de relatos sobre a execução da BR-156 e da Ponte Binacional.

Para fundamentar a discussão sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da Amazônia, este estudo se apoia em autores que destacam a importância do planejamento territorial integrado e da valorização dos saberes locais. Além disso, foram exploradas as contribuições de autores locais, como Silva (2008), Damasceno (2019), Almeida (2021), Pedrada (2021), Ferreira e Tostes (2022), Filocreão e Chagas (2022) e Porto (2022), que reforçam o debate sobre a dinâmica econômica e social fronteiriça e o tipo de desenvolvimento sustentável adaptado às especificidades amazônicas.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido amplamente debatido nas últimas décadas, especialmente no contexto de países em desenvolvimento. A busca pelo equilíbrio entre crescimento econômico e a preservação ambiental desafia políticas públicas e práticas sociais em diferentes regiões. É importante explorar as complexidades e os paradoxos envolvidos nesse tema, com ênfase nas realidades locais e desafios institucionais.

Na obra "As Amazônias", Becker (2015) destaca que as áreas de fronteira de recursos caracterizam-se tanto pela permanência quanto pela integração, sendo, na maioria das vezes, impulsionadas por fatores externos. Nessas regiões, as decisões e os direcionamentos vêm de fora, e os lucros acabam direcionados para outros lugares. Portanto, o desenvolvimento sustentável dessas áreas dependerá da capacidade de absorver e adaptar os elementos externos, buscando autonomia para promover seu próprio crescimento.

Nessa mesma linha de entendimento, Daly (2024) aborda o desenvolvimento sustentável, baseando-se no teorema da impossibilidade da sustentabilidade, ao entender que sair da pobreza e da degradação ambiental, no modelo do crescimento econômico mundial, é paradoxal, pois, para tanto, é preciso conciliar crescimento econômico, que não pode ser ilimitado (pela impossibilidade de se perpetuar em um Planeta finito), com preservação ambiental, sobretudo em regiões marcadas por fragilidades institucionais e desigualdades históricas.

Segundo Ferreira e Tostes (2022), o conceito de desenvolvimento sustentável (DS) carece de clareza por ser complexo, vago e inacabado. Essa ambiguidade favorece seu uso indiscriminado para legitimar práticas, aparentemente sustentáveis, que mantêm o *status quo* capitalista, distorcem a realidade e ameaçam a vida no planeta. Neste contexto, para superar essa imprecisão, o DS deve ser redefinido como um modelo alternativo de desenvolvimento, capaz de integrar dimensões espaciais, ambientais, econômicas, sociais, culturais e institucionais, além de propor a superação do consumo incessante de recursos finitos.

Na prática, como observado na fronteira de Oiapoque, a aplicação do DS exige que as políticas públicas superem a descontinuidade institucional e os interesses externos que, frequentemente, ignoram as especificidades locais. O desenvolvimento regional efetivo não pode se limitar a obras de infraestrutura, como a BR-156 ou a Ponte Binacional, se estas estiverem desconectadas de uma visão sistêmica que inclua a participação social, a ética e a valorização dos saberes amazônicos. Dessa forma, a sustentabilidade deixa de ser apenas um discurso técnico e passa a representar um compromisso

consciente de que o meio ambiente é finito, considerando um caráter ético e social intergeracional, voltado à melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Para promover o desenvolvimento que beneficie a população, países subdesenvolvidos não devem apenas copiar modelos aplicados em países desenvolvidos, pois essa abordagem tem limitações. A globalização evidencia conflitos entre realidades locais e paradigmas importados. Diante de desafios como a preservação ambiental, a qualidade de vida, a liderança organizacional e a cidadania em ambientes restritivos, políticas de desenvolvimento precisam ser adequadas às prioridades humanas universais e específicas de cada sociedade, como assinala Ramos (1958 *apud* Heidemann, 2014).

Na realidade da Amazônia, especificamente no contexto da fronteira em Oiapoque, as limitações dos grandes projetos externos aparecem na exploração mineral, embora gerem riqueza, raramente deixam benefícios sociais duradouros às comunidades locais. A expectativa em torno da exploração de petróleo pode repetir esse padrão, pois o aumento do PIB não garante melhora no índice de desenvolvimento humano (IDH) nem resolve déficits em saúde, educação e saneamento. Sem governança territorial ética e visão sistêmica, esses projetos tendem a reforçar desigualdades e a fragilidade da ação pública na fronteira amazônica.

Em tal contexto, o debate em torno da sustentabilidade revela a necessidade de uma abordagem crítica e contextualizada, especialmente em territórios da fronteira amazônica, como a do estado do Amapá. Neles, o discurso sobre as ações políticas rotuladas como sustentáveis deve ser reavaliado, e as políticas decorrentes destas fiscalizadas quanto à sua efetividade e aderência às realidades locais.

3.2 DINÂMICAS DAS AÇÕES DO PÚBLICO E DO PRIVADO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O debate acerca das políticas públicas no Brasil revela uma complexa interação entre interesses políticos, sociais e econômicos, destacando os desafios enfrentados na formulação e implementação dessas ações. Ao considerar os princípios do sistema político vigente e os grupos dominantes, observa-se que políticas frequentemente refletem não apenas demandas técnicas, mas também dinâmicas de poder e influência.

Segundo Bonetti (2018), para entender o processo de gestão das políticas públicas, é necessário considerar que existe um poder político instituído, composto pelos poderes legislativo, executivo e judiciário, dentro de uma lógica de produção capitalista.

As políticas públicas buscam, inicialmente, satisfazer aos princípios do sistema político vigente e do grupo governante. Muitas vezes, essas políticas são gestadas para estabelecer um vínculo entre sociedade civil e Estado, podendo ser geradas por fatos políticos ou interesses particulares, de grupos

econômicos ou categorias profissionais, visando à manutenção do sistema ou do grupo dominante. Além disso, ainda de acordo com Bonetti (2018), a abertura de mercado de consumo pode pressionar a elaboração de políticas públicas, favorecendo, predominantemente, as classes dominantes sob a justificativa de benefício público.

A implementação de políticas públicas não se limita a questões técnicas ou administrativas. Ela envolve uma articulação complexa de fatores políticos que, muitas vezes, reduzem a efetividade do que foi planejado. No Brasil, essas políticas frequentemente seguem uma lógica de distribuição de recursos públicos e, mesmo quando buscam apenas intervir administrativamente na realidade social, tendem a favorecer determinados grupos sociais, regiões ou municípios (Bonetti, 2018). São muito os exemplos brasileiros de leis que não vigoram, programas que não vingam, ou projetos de solução para problemas públicos, que acabam sendo totalmente desvirtuados no momento da implementação (Secchi; Coelho; Pires, 2022).

Conforme já mencionado, os problemas das “fronteiras de recursos”, regiões geográficas de expansão do capital focadas na exploração predatória de recursos naturais (Becker, 2015) são hoje de permanência e integração. Esses atributos se revelaram opostos no que diz respeito ao estímulo às forças regionais. Quanto mais a região é integrada aos mercados externos como fornecedora de recursos, menos ela consegue estabelecer uma estrutura de permanência que beneficie os seus próprios habitantes social e economicamente.

Com base nas quatro etapas das dinâmicas de desenvolvimento regional propostas por Berta Becker (2015), o quadro sinótico a seguir apresenta um diagnóstico das necessidades da fronteira amazônica, com ênfase em Oiapoque. Essa sistematização permite evidenciar como os processos de integração territorial, implantação de infraestrutura, diversificação econômica e organização do poder ocorrem de maneira desigual no território. As demandas identificadas revelam, nesse sentido, um descompasso estrutural entre o modelo de desenvolvimento projetado para a região e as condições efetivamente vivenciadas pela população local, sobretudo quanto à persistência dos déficits de infraestrutura, à fragilidade dos serviços públicos, à dependência econômica e à limitada retenção do poder decisório no próprio território.

Quadro 1 – Etapas de Desenvolvimento da Amazônia e os Desafios da Gestão Pública na Fronteira de Oiapoque

Etapa	Dinâmica na Amazônia	Diagnóstico em Oiapoque
1 e 2: Infraestrutura	Antecede a demanda; foco externo.	**BR-156 e Ponte:** Obras inacabadas ou subutilizadas por falta de infraestrutura de apoio e continuidade.
3: Economia	Restrição ao mercado interno.	**Dependência Estatal:** 56% do PIB vem da máquina pública; crescimento econômico acelerado e artificial com o petróleo sem benefícios sociais duradouros.
4: Poder	Desagregação e externalização.	**Instabilidade Política:** Cassações e crises administrativas que interrompem o planejamento e as políticas públicas.

Fonte: Becker (2015), Damasceno (2019), Almeida (2021), Pedrada (2021), Santos (2025) e Ferreira (2026).

Em conclusão, o diagnóstico mostra que Oiapoque está estagnado entre as etapas de infraestrutura e diversificação econômica, funcionando como uma "fronteira de recursos" onde o poder de decisão não é retido localmente. Para avançar, as fontes sugerem que o desenvolvimento deve ser imbuído de valores humanos universais, participação social e uma visão de sustentabilidade que vá além da mera retórica econômica.

Com base nas principais necessidades levantadas neste estudo, o diagnóstico das demandas da região de fronteira amazônica, com foco particular em Oiapoque, no Amapá, revela um cenário marcado por crises estruturais e déficits históricos em múltiplas dimensões. Para compreender melhor essa realidade, o quadro a seguir organiza as necessidades identificadas em categorias, relacionando cada demanda ao seu respectivo contexto e justificativa:

Quadro 2 – Síntese das Demandas Estruturais e Categorias de Intervenção em Oiapoque/AP

Categoria	Necessidade / Demanda Específica	Contexto e Justificativa
Infraestrutura e Logística	Conclusão da pavimentação da rodovia BR-156.	Fundamental para a integração do Amapá e conexão com a Guiana Francesa.
	Melhoria de vias urbanas e ramais rurais.	Essencial para o transporte da produção agrícola local.
	Infraestrutura de apoio à Ponte Binacional (pátio aduaneiro e acessos).	Necessária para efetivar a integração transfronteiriça e o comércio.
	Conservação viária adaptada às condições hidrológicas.	O "inverno amazônico" torna trechos intrafegáveis sem manutenção adequada.
Serviços Sociais Básicos	Melhoria nos serviços de Saúde e Educação.	Escutas sociais revelaram crises estruturais e precariedade nestas áreas.
	Implementação urgente de Saneamento Básico.	Identificado como demanda prioritária para elevar a qualidade de vida e o IDH.
	Proteção a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.	Ponto crítico levantado pelo Ministério Público nas comunidades locais.
Governança e Gestão	Continuidade das políticas públicas e institucionais.	A fragmentação estratégica e mudanças de gestão impedem avanços duradouros.
	Estabilidade financeira e administrativa.	Necessidade de superar decretos de calamidade e instabilidades políticas (cassações).
	Planejamento territorial integrado e visão sistêmica.	Superar a visão de "obras isoladas" em favor de uma gestão ética e sensível ao território.
	Participação social efetiva nos processos de decisão.	Romper com a lógica de "elites temporárias" e externalização do poder.

Desenvolvimento Econômico	Redução da dependência econômica do setor público.	A administração pública responde por mais de 56% da economia de Oiapoque.
	Preparação para os impactos da exploração de petróleo.	Necessidade de planejar demandas ambientais e sociais antes do início da atividade.
	Fomento à economia local e diversificação produtiva.	Criar atividades que absorvam a população e fixem a riqueza na região.
Dimensão Humana e Ética	Promoção da cidadania plena e equidade social.	O desenvolvimento deve almejar a promoção humana integral, não apenas o PIB.
	Educação para o desenvolvimento sustentável.	Induzir mudanças de atitude e valores focados na realidade local.

Fonte: Porto (2003), Becker (2015), Damasceno (2019), Vidigal (2019), Almeida (2021), Pedrada (2021), Ferreira e Tostes (2022), Secchi, Coelho e Pires (2022), Aleixo (2025), Santos (2025), Ferreira (2026), Tavares (2026).

A Amazônia apresenta uma realidade territorial própria, constituída por dinâmicas socioeconômicas locais associadas à subsistência e a formas de produção diretamente vinculadas à extração de produtos florestais, como o açaí e a castanha, bem como ao manejo de recursos pesqueiros e agrícolas (Filocreão; Chagas, 2022). Entretanto, os grandes projetos implantados na região tendem a concebê-la predominantemente como reserva de matérias-primas, subordinando-a a uma lógica exógena de apropriação econômica. Nesse contexto, as decisões estratégicas e os lucros são externalizados, isto é, originam-se fora da região e para fora dela retornam, restringindo a autonomia regional.

Como consequência, tais empreendimentos não contribuem de modo efetivo para a consolidação de um mercado interno robusto nem para o fortalecimento de infraestruturas psicossociais enraizadas nas especificidades amazônicas. Essa inadequação também se evidencia na desconsideração das particularidades climáticas e hidrológicas da região, como o "inverno amazônico", frequentemente ignoradas pelo planejamento técnico-administrativo convencional das estradas, o que resulta na precarização e, em muitos casos, na intrafegabilidade das vias (Damasceno, 2019).

A "desarticulação" apontada por Becker torna-se igualmente perceptível quando se observa o expressivo crescimento do PIB, exemplificado pelo aumento de 726% em Oiapoque, sem correspondente elevação dos indicadores de desenvolvimento humano. Tal discrepância revela que a riqueza produzida e circulante não se traduz, necessariamente, em melhoria das condições de vida da população local (Pedrada, 2021).

A extinção de uma política pública decorre de diversos fatores que podem estar relacionados ao problema público, à solução ou o ambiente político, conforme observado no Quadro 4:

Quadro 4 – Fatores Relacionados à Extinção de Políticas Públicas

Dimensão	Fatores que motivam a extinção
Problema Público	• O problema original é percebido como resolvido. • O problema se agrava, mesmo com a implementação da política. • O problema perdeu importância e saiu das agendas políticas. • Mudança no entendimento da natureza ou causa do problema.
Solução	• A política é considerada ineficaz, redundante ou com efeitos negativos superiores aos benefícios. • Expiração do prazo de validade ou da abrangência definida em lei. • Substituição por uma política mais nova ou atualizada.
Ambiente Político	• Pressão da mídia e da opinião pública. • Mudança de governo ou administração. • Alteração nos valores, crenças e ideologia da população. • Restrições ou imperativos orçamentário-financeiros. • Mudanças nas expectativas sobre a eficiência da política.

Fonte: Secchi, Coelho e Pires (2022, p. 84-85).

Segundo Secchi, Coelho e Pires (2022), extinguir uma política pública representa um desafio significativo por diversas razões, incluindo a resistência dos beneficiários, a inércia institucional, o conservadorismo, questões legais e os elevados custos associados à criação da política. Além disso, a extinção pode depender de janelas de oportunidade específicas, como períodos de reforma ministerial, mudanças de mandato do Executivo e Legislativo ou aprovação orçamentária.

No aspecto da dimensão da solução, a descontinuidade das obras da BR-156 e da Ponte Binacional pode ser compreendida como o resultado de políticas públicas percebidas como ineficazes ou estrategicamente fragmentadas, que falham em converter grandes investimentos em benefícios reais para a população. Embora sejam consideradas fundamentais para a integração regional, essas infraestruturas apresentam um impacto restrito nas condições de vida locais por serem executadas de forma lenta, irregular e dissociada de políticas sociais permanentes. Essa percepção de ineficácia da solução adotada é reforçada pela falta de adequação do modelo às especificidades da fronteira amazônica, como o rigor do inverno amazônico e os gargalos logísticos, transformando obras que deveriam ser vetores de desenvolvimento em exemplos de inércia institucional e desperdício de potencial devido à ausência de continuidade estratégica ao longo de sucessivas gestões.

Nesse contexto, torna-se essencial aprofundar a análise sobre como fatores externos, a abertura de mercados e as diferentes percepções acerca de regiões fronteiriças amazônicas colaboram para a formação de uma realidade permeada por contradições e desigualdades. Refletir sobre esses elementos permite identificar, de maneira crítica, os principais desafios e as oportunidades para a promoção de um desenvolvimento regional verdadeiramente sustentável e legítimo.

3.3 GESTÃO GOVERNAMENTAL E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ VIA OIAPOQUE

Como contexto fronteiriço, entende-se que o estado do Amapá demanda uma gestão pública que atue de forma sistêmica, integrada e objetiva, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental de todos os seus municípios. Conforme supracitado, a gestão de políticas públicas requer uma visão analítica, considerando todos os processos internos e externos que envolvem diferentes instituições e setores.

Segundo Silva (2008), os enlaces físicos internacionais representam fator essencial para a compreensão da integração do Amapá em diversos níveis de gestão e poder. Portanto, discutir o desenvolvimento no contexto amazônico exige reflexão sobre a condução da gestão pública nesse processo (Porto, 2003, 2022; Superti, 2011; Ferreira; Tostes, 2022).

As regiões de fronteira representam grande complexidade nas relações entre países, exigindo monitoramento constante das mudanças locais, com reflexos em âmbito nacional e internacional. Para valorizar essas regiões no contexto da cooperação, é necessário um olhar atento e presença efetiva do Estado (Almeida, 2021).

Os indicadores econômicos do estado do Amapá são pontos para tal reflexão. Apesar do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 5,0%, em 2021, superando a média nacional de 4,7%, o Amapá ocupou apenas a 26ª colocação no *ranking* nacional e a 6ª na Região Norte. O setor de serviços impulsionou o resultado, com crescimento de 5,2%, seguido pela indústria 3,0%, enquanto a agropecuária apresentou queda de 0,9%. A composição do valor bruto mostra a agropecuária com 1,9%, a indústria com 12,8% e os serviços com expressivos 85,3%, destacando-se a administração pública, responsável por 46,4% desse total (SEMA/AP, 2023).

Ainda que tenha alcançado em 2021, um PIB *per capita* de R$ 22.903,00, colocando o estado em 7º lugar na Região Norte, demonstrando aumento de 6,9% em relação ao ano de 2020 (início da pandemia da covid-19 no Brasil), esse resultado representa apenas 0,2% da economia nacional (SEMA/AP, 2023).

No mesmo ano de 2021, o IDH do Amapá foi de 0,688, enquanto o índice nacional foi de 0,766 (IBGE, 2021; SEMA/AP, 2023). A média do IDH entre 2010 e 2020 foi de 0,726, refletindo avanços em áreas essenciais para a qualidade de vida da população. No entanto, em 2021, observou-se uma queda no índice, o que pode sinalizar desafios recentes no desenvolvimento local. Esses dados destacam a importância de políticas públicas contínuas para promover melhorias nas condições de vida da população do estado (IBGE, 2021).

No âmbito da estratégia para o desenvolvimento regional, a construção da BR-156 – que conecta Laranjal do Jari a Oiapoque e visa integrar o Amapá à malha rodoviária nacional e internacional – configura-se como um desafio histórico, sob a responsabilidade de mais de 20 administrações federais e 10 estaduais. As intervenções governamentais neste projeto caracterizam-se por décadas de fragmentação e entraves institucionais, refletindo a participação sucessiva de diferentes gestões federais e estaduais (Porto, 2003).

O estudo realizado por Pedrada (2021), sobre planejamento e desenvolvimento na faixa de fronteira (Oiapoque e Calçoene, entre 2002 e 2016), indica que a infraestrutura, embora relevante, não explica isoladamente as diferenças de desempenho entre os dois municípios. Mesmo com a pavimentação alcançando primeiro Calçoene, em 2009, Oiapoque manteve resultados superiores no plano social, com IDH elevando-se de 0,537 para 0,658 entre 2000 e 2010, enquanto Calçoene passou de 0,488 para 0,643. No mesmo período de intensificação dos investimentos na BR-156, o PIB de Oiapoque cresceu 726%, passando de R$ 41,8 milhões para R$ 345,5 milhões; ao passo que Calçoene registrou expansão de 290%, o que evidencia maior capacidade de dinamização econômica no município fronteiriço.

Essa expansão, contudo, revela limitações estruturais. Em 2016, a Administração Pública respondeu por mais de 56% da economia de Oiapoque, evidenciando forte dependência estatal e baixa densidade do setor privado. O diferencial do município associa-se à dinâmica de fronteira com a Guiana Francesa, que intensifica a circulação de pessoas e capital, sobretudo no comércio, na hotelaria e no garimpo. Assim, os dados indicam que a infraestrutura física, embora necessária, tem alcance limitado quando dissociada de dinâmicas territoriais mais amplas, enquanto a descontinuidade administrativa compromete a efetividade das políticas públicas e a sustentabilidade do desenvolvimento regional (Pedrada, 2021).

De acordo com Damasceno (2019), a malha viária para a economia do Amapá, demonstra que a expansão das rodovias pavimentadas se associa diretamente ao crescimento do PIB e do PIB *per capita*. Nessa perspectiva, a infraestrutura de transportes deve ser compreendida não apenas como obra material, mas como vetor de integração territorial e dinamização econômica. Para o autor, o entrave central reside na ausência de uma visão sistêmica, perceptível nos gargalos logísticos, na reduzida articulação com outras políticas públicas e na limitada adequação às condicionantes ambientais da região.

Damasceno (2019) ressalta, ainda, que o "inverno amazônico" e a insuficiência de conservação tornam determinados trechos rodoviários intrafegáveis, produzindo impactos imediatos sobre a população. Desse modo, a descontinuidade da malha viária ultrapassa a esfera estritamente

administrativa e evidencia fragilidades na consolidação de uma rede logística estadual incapaz de incorporar, de forma adequada, as especificidades climáticas e hidrológicas da Amazônia.

Em 2002, sob o governo de Alberto Capiberibe, foi assinado o Decreto n. 4.373 (Brasil, 2002), relativo ao projeto da Ponte Binacional, buscando promover relações transfronteiriças entre Brasil e França e fortalecer a parceria bilateral para o desenvolvimento sustentável nos dois lados da fronteira (Almeida, 2021). Outros governadores do Amapá participaram do projeto ao longo dos respectivos mandatos como Antônio Waldez Góes (quatro mandatos), Camilo Capiberibe e Clécio Luís (ainda em mandato), compondo um histórico de quase duas décadas de gestão estadual (Silva, 2008; Porto; Silva, 2009; Almeida, 2021).

A construção da ponte envolveu vários governadores do Amapá, pois o projeto se estendeu por vários anos, passando por diversas gestões estaduais, além da participação majoritária dos governos federais brasileiro e francês, cabendo aos governos estaduais o papel de articulação e construção de infraestrutura de apoio, como o pátio aduaneiro e o acesso rodoviário pela BR-156 (Almeida, 2021).

Desde o anúncio da ponte em 1997 até a abertura parcial, 20 anos depois, a região fronteiriça entre o Amapá e a Guiana Francesa passou por transformações administrativas, com acordos bilaterais e fortalecimento da presença estatal no controle e fiscalização de pessoas e mercadorias. A implantação da ponte, além do aspecto físico, redefiniu as lógicas do espaço transfronteiriço, trazendo expectativas de mudanças nas relações regionais e nos fluxos de pessoas e mercadorias, como enuncia Almeida (2021).

A construção da obra foi marcada por obstáculos, incluindo atrasos ocasionados por descobertas arqueológicas, o que resultou em frustração e ceticismo por parte da população e da imprensa, tanto local quanto francesa, em relação ao potencial de integração do projeto (Almeida, 2021). A execução da Ponte Binacional foi concluída em 2011 e inaugurada em 2017, com atividades alfandegárias oficialmente iniciadas em março de 2019, regularizando a importação e exportação pela fronteira terrestre. O investimento aproximado foi de R$ 70 milhões (Vidigal, 2019; Almeida, 2021).

O governo brasileiro tem promovido a cooperação com a França na fronteira do rio Oiapoque para desenvolver áreas fronteiriças. Um exemplo recente é a 13ª reunião da Comissão Mista Transfronteiriça (CMT) Brasil-França, realizada em 11/06/2024 no SEBRAE de Macapá, reunindo delegações para debater políticas públicas de desenvolvimento voltadas à melhoria da qualidade de vida da população, estimada em 32 mil habitantes na região – aproximadamente 4 mil em Saint Georges e 28 mil em Oiapoque, extremo norte do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa (Lamarão, 2024).

As experiências anteriores de implantação dos projetos econômicos no estado do Amapá demonstram que explorar o petróleo não garante melhorias no IDH dos municípios amapaenses. Pelo contrário, as questões ambientais e sociais geralmente precedem, como o caso da Petrobras, que interrompeu a perfuração após detectar vazamento de fluido, desmatamento para ocupações desordenadas e aumento da migração (Tavares, 2026).

Conforme mencionado, as políticas públicas podem vir acompanhadas de interesses de grupos governantes, para manutenção de interesses de grupos políticos. Nesse caso, a população de Oiapoque enfrenta novamente problemas de gestão pública: os mandatos do prefeito e vice eleitos em 2024 foram cassados pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AP), e novas eleições municipais foram realizadas (Aleixo, 2025).

Diante do panorama apresentado, fica evidente que o desenvolvimento do Amapá depende de ações integradas e contínuas, especialmente no fortalecimento de políticas públicas que atendam às necessidades reais da população. A trajetória marcada por desafios institucionais, oscilações no IDH e projetos de infraestrutura complexos como a BR-156 e a Ponte Binacional demonstram a importância do planejamento estratégico e da cooperação entre os diversos atores envolvidos.

Nesse contexto, torna-se necessário fortalecer a infraestrutura e a governança para garantir avanços sustentáveis, superar entraves históricos e promover a inclusão social e econômica dos cidadãos amapaenses. Assim, o futuro do estado está condicionado à capacidade de superar obstáculos e construir soluções conjuntas voltadas ao desenvolvimento regional efetivo.

Em relação à pergunta central – se a descontinuidade das políticas públicas em Oiapoque decorre do modelo de desenvolvimento local implementado pela administração pública, que apresenta divergências em relação à realidade da fronteira amazônica – os resultados indicam que, de fato, o modelo adotado não contempla integralmente as especificidades da região.

O histórico de sucessivas gestões, tanto estaduais quanto federais, revela a ausência de continuidade estratégica, com políticas frequentemente pautadas por interesses pontuais e falta de integração entre projetos. A execução de obras como a BR-156 e a Ponte Binacional exemplifica essa fragmentação. Os avanços ocorreram de forma lenta e irregular, impactados por obstáculos institucionais, descobertas arqueológicas e mudanças de governo, o que gerou descrença e frustração na população local.

Além disso, a experiência local demonstra que grandes projetos econômicos, como a exploração de petróleo, poderão não resultar em melhorias significativas no IDH dos municípios, reiterando que o modelo de desenvolvimento vigente é pouco adaptado à realidade amazônica, marcada por desafios ambientais, sociais e de governança. A instabilidade política, exemplificada pela

cassação dos mandatos do prefeito e vice de Oiapoque, reforça o quadro de descontinuidade e dificuldades de gestão pública.

4 CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu concluir que a descontinuidade das políticas públicas no município de Oiapoque ultrapassa a esfera técnico-administrativa, configurando-se como expressão de um modelo de desenvolvimento historicamente dissociado das especificidades da fronteira amazônica.

Os resultados obtidos confirmam a hipótese de que o planejamento estatal frequentemente prioriza interesses externos e por agendas políticas de curto prazo, em detrimento de demandas estruturais da população local. Nesse sentido, evidencia-se que a fragilidade da ação pública compromete a capacidade do Estado de promover transformações efetivas e duradouras.

Os casos da BR-156 e da Ponte Binacional revelam, de forma emblemática, os limites de uma política de infraestrutura marcada pela fragmentação estratégica e pela ausência de continuidade institucional. Embora tais obras sejam fundamentais para a integração regional e internacional, sua execução se prolongou por décadas sob diferentes administrações federais, sem que isso se convertesse em melhorias concretas para a população.

Assim, o estudo evidencia que a infraestrutura, quando não está articulada a um planejamento territorial integrado e a políticas sociais e econômicas permanentes, tem alcance restrito na promoção do desenvolvimento humano. Essa limitação torna-se ainda mais clara diante da forte dependência da economia local em relação à administração pública, responsável por parcela expressiva da atividade econômica do município, e da instabilidade administrativa e financeira, que dificultam o equilíbrio necessário ao desenvolvimento da região. Para fundamentar a discussão sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da Amazônia, este estudo se apoiou em autores que destacam a importância do planejamento territorial integrado e da valorização dos saberes locais.

Ademais, as escutas sociais realizadas pelo Ministério Público, em consonância com os indicadores de desenvolvimento humano, evidenciam a permanência de déficits históricos em áreas essenciais, como saúde, educação e saneamento básico. Nessa mesma direção, a expectativa em torno da exploração de petróleo insere-se em uma lógica recorrente de grandes empreendimentos externos, cuja promessa de dinamização econômica nem sempre resulta em benefícios sociais duradouros. A trajetória amapaense demonstra que iniciativas dessa natureza, quando desacompanhadas de governança territorial e redistribuição efetiva de benefícios, tendem a reproduzir desigualdades já existentes.

Diante desse cenário, torna-se indispensável a formulação de um planejamento territorial integrado, comprometido com a valorização dos saberes locais, com a continuidade das políticas de infraestrutura e com o fortalecimento da governança transfronteiriça. Mais do que concluir obras ou ampliar investimentos, o desafio consiste em assegurar que a condição estratégica de Oiapoque seja convertida em inclusão social, diversificação econômica e melhoria efetiva da qualidade de vida.

Em síntese, o desenvolvimento do município depende da construção de uma gestão pública ética e territorialmente sensível, capaz de romper com a lógica da descontinuidade e promover um projeto de futuro socialmente justo e institucionalmente sustentável.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Rafael. TRE-AP declara vacância em Oiapoque e determina novas eleições municipais. **G1**, *[s. l.]*, dez. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2025/12/15/tre-ap-declara-vacancia-em-oiapoque-e-determina-novas-eleicoes-municipais.ghtml. Acesso em: 7 jan. 2026.

ALMEIDA, Sabrina Rodrigues de. **A Ponte Binacional como instrumento de integração transfronteiriça**: entre o planejado e o efetivado. Relatório Técnico (Mestrado Profissional em Estudo de Fronteiras) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2021. Disponível em: https://www2.unifap.br/ppgef/files/2025/03/sabrina-rodrigues-de-almeida.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

BECKER, Berta K. **As Amazônias de Berta K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Organização: Ima Célia Guimarães Vieira. Rio de Janeiro: Gramond, 2015.

BONETTI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por dentro**. 4. ed. Ijuí: ED. UNIJUÍ, 2018.

BRASIL. **Decreto n. 4.373, de 11 de setembro de 2002**. Promulga o Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Desenvolvimento dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Paris, em 27 de outubro de 1997. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4373.htm. Acesso em: 3 jun. 2026.

DALY, Herman. E. **Economía, ecología y ética**: ensayos hacia una economía en estado estacionario. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

DAMASCENO, Thiago dos Santos. **Rodoviarismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira**: o caso do Amapá. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019. Disponível em: https://www2.unifap.br/ppgdas/files/2022/10/dissertacao-thiago-dos-santos-damasceno.pdf. Acesso em: 5 maio 2026.

DESENVOLVIMENTO em foco: Oiapoque recebe visita de ministro e discute investimentos. **Jornal dos Municípios**, *[s. l.]*, set. 2025. Disponível em: https://www.jornaldosmunicipiosap.com.br/noticia/desenvolvimento-em-foco-oiapoque-recebe-visita-de-ministro-e-discute-investimentos. Acesso em: 1 jun. 2026.

FERREIRA, José Francisco Carvalho; TOSTES, José Alberto. Elementos para pensar o desenvolvimento sustentável. **PRACS:** Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v. 8, n. 1, p. 123-141, jan./jun. 2022.

FERREIRA, Mariana. **Prefeito de Oiapoque decreta calamidade financeira e administrativa por 180 dias**. G1, *[s. l.]*, maio 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2026/05/07/prefeito-de-oiapoque-decreta-calamidade-financeira-e-administrativa-por-180-dias.ghtml. Acesso em: 9 maio 2026.

FILOCREÃO, Antonio Sérgio Monteiro; CHAGAS, Marco Antonio. A construção social por territórios agroextrativistas no sul do Amapá. *In:* FILOCREÃO, Antonio Sérgio Monteiro; PIZZIO, Alex; THEIS, Ivo Marcos (org.). **Contradições do desenvolvimento regional na Amazônia brasileira**. Florianópolis: Nave, 2022. p. 45-76.

GIL, Antonio Carlos **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. *In*: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). **Tomás de Aquino Guimarães**. 3. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 2014. p. 23-49.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).** Brasília, DF: IBGE, 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/pesquisa/37/30255. Acesso em: 28 maio 2026.

LAMARÃO, Leidiane. No Amapá, Brasil e França iniciam debates de políticas de desenvolvimento bilateral na fronteira com a Guiana Francesa. **Agência de Notícias do Governo do Amapá**, jun. 2024. Disponível em: https://agenciaamapa.com.br/noticia/23259/no-amapa-brasil-e-franca-iniciam-debates-de-politicas-de-desenvolvimento-bilateral-na-fronteira-com-aguiana-francesa. Acesso em: 3 jun. 2026.

PEDRADA, Tiago Idelfonso e Silva. **Planejamento e desenvolvimento de duas cidades amapaenses**: análise comparativa dos investimentos feitos na BR-156 entre Calçoene e Oiapoque (2002 a 2016). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2021. Disponível em: https://www2.unifap.br/ppgdas/files/2022/10/dissertacao-tiago-idelfonso-e-silva-pedrada.pdf. Acesso em: 5 maio 2026.

PORTO, Jadson. **Principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000.** Macapá: SETEC, 2003.

PORTO, Jadson. Repensando o Estado do Amapá (Brasil): entre (re)formatações e (re)configurações espaciais. **Confins**, *[s. l.]*, n. 55, 2022. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/45717. Acesso em 8 jan. 2026.

PORTO, Jadson; SILVA, Gutemberg. Novos usos e (re)construções da condição fronteiriça amapaense. **Novos Cadernos NAEA**, *[s. l.]*, v. 12, n. 2, p. 253-267, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/325. Acesso em: 8 jan. 2026.

SANTOS, Gilvana. **Escutas Sociais do MP-AP revelam crises estruturais e demandas urgentes em Calçoene e Oiapoque**. Ministério Público do Amapá, 2025. Disponível em: https://www.mpap.mp.br/noticia/escutas-sociais-do-mp-ap-revelam-crises-estruturais-e-demandas-urgentes-em-calcoene-e-oiapoque. Acesso em: 31 maio 2026.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2022.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO AMAPÁ (SEMA/AP). **PIB do estado do Amapá.** 2023. Disponível em: https://sema.portal.ap.gov.br/noticia/1711/pib-do-estado-do-amapa. Acesso em: 29 maio 2026.

SILVA, Gutemberg Vilhena. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira**: entre os ditames globais e a articulação local. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12518. Acesso em: 1 jun. 2026.

SUPERTI, Eliane. Políticas públicas e integração sul-americana das fronteiras internacionais da Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 2, p. 303- 320, dez. 2011 Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/595/1009. Acesso em: 30 maio 2026.

TAVARES, Vitor. **Promessa de petróleo no Oiapoque atrai brasileiros do exterior e transforma região: "É um bairro atrás do outro"**. G1, *[s. l.]*, jan. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2026/01/14/promessa-de-petroleo-no-oiapoque-atrai-brasileiros-do-exterior-e-transforma-regiao-e-um-bairro-atras-do-outro.ghtml. Acesso em: 20 jan. 2026.

VIDIGAL, Victor. **Primeira exportação pela Ponte Binacional acontece após oito anos de conclusão da obra no AP**. G1, *[s. l.]*, jul. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/07/13/primeira-exportacao-pela-ponte-binacional-acontece-apos-oito-anos-de-conclusao-da-obra-no-ap.ghtml. Acesso em: 26 maio 2026.